

Alejandra Hernández Muñoz

Modernismo Tardio nas Transformações do Centro de Salvador nos Anos 60

Resumo

Este trabalho é produto de uma pesquisa em andamento sobre o processo de modernização e expansão urbana iniciado nos anos 60 em Salvador, visando discutir a necessária reavaliação de unidades paisagísticas do Movimento Moderno no centro da cidade, sua conservação e potencial valorização.

A partir de lançamentos imobiliários publicados no jornal *A Tarde*, matérias sobre projetos, propostas e realizações na infra-estrutura urbana, e o acervo de licenças de construção e alvarás de funcionamento da SUCOM (Superintendência de Uso e Controle da Ocupação do Solo), grandes transformações urbanas do período são identificadas com alterações no tecido existente, modificações nos padrões de uso do solo, reformulação das linhas de transporte e criação de novos valores locacionais.

Analisando a evolução das tipologias arquitetônicas na área central frente à configuração das áreas novas, constata-se a consolidação tardia do Movimento Moderno em Salvador no início do processo de verticalização do centro, identificando algumas adaptações e especificidades soteropolitanas dos modelos modernistas.

A Cidade Central de Salvador

Uma vez que o desenvolvimento demográfico mostra patamares estáveis, a expansão das cidades brasileiras tende a uma desaceleração gradual buscando potencializar a infra-estrutura existente e a cidade herdada dos anos anteriores à explosão urbana, esquecida tanto pela premência das demandas de novas áreas, para abrigar o crescimento demográfico, quanto pela voracidade da especulação imobiliária, começa a apresentar-se como protagonista de mudanças, processo de caráter mais ou menos global que também começa a verificar-se em Salvador.

Nas três últimas décadas a mancha urbana de Salvador expandiu-se em forma de ilhas, ora em torno de novos centros de consumo, ora em conjuntos habitacionais fechados, ora em novos

loteamentos. O crescimento mais ou menos contínuo, definido como A.U.C. (Área de Urbanização Contínua) desde fins dos anos '60, foi interrompido por novas ofertas de terras, ancoradas por uma forte estratégia de marketing e novos modismos de consumo habitacional, processo que, junto à extraordinária dinâmica de crescimento e de migração de funções, principalmente as funções centrais, praticamente desfigurou a cidade. As novas centralidades, sob argumento da “obsolescência” da estrutura urbana central como meio para a migração e a criação da “Nova Bahia”, seguiam o *slogan* “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado”. Então, Salvador transformou-se num aglomerado de conjuntos funcionais, freqüentemente isolados, constituindo o que se chamou de “Esquizópolis” [cf. SANTOS NETO, 1991]. Em paralelo, um processo de alterações profundas da Cidade Central aconteceu, pela descentralização de funções e decadência do velho centro tradicional, frente às opções surgidas em torno dos novos centros de consumo focalizados pelos *shoppings centers* da Barra, Iguatemi, Itaipara e Pituba.

Chegando ao fim dos anos 90, o rápido congestionamento dos centros alternativos (Iguatemi, Cidadela, Tancredo Neves, Centro Administrativo), evidencia a dinâmica pendular, para o centro tradicional de Salvador, ainda que em forma de *shopping centers* especializados de acordo com a seletividade de acessibilidade: público usuário de transporte coletivo atraído pela Estação da Lapa. Mas também, dentro desta lógica, se enquadra o forte impacto da “renovação” do Centro Histórico e a imposição de uma dinâmica de uso de classe completamente nova, mediante um processo de expulsão da população tradicional e subsídio às novas funções “culturais” e “comerciais-turísticas”. Neste contexto, o bairro do Comércio, apressadamente abandonado pela lógica da inadaptação ao uso generalizado do automóvel, começa a buscar outras formas de “valorização” notadamente aquelas de caráter nitidamente elitista decorrentes do uso de antigos trapiches (desde restaurantes a estacionamentos) e até do antigo porto, como ancoradouro de barcos de passeio e marinas.

Porém, o problema deste processo é que, apesar da evidência destes movimentos de “retomada” em novos padrões da Cidade Central em Salvador, não existem estudos em profundidade sobre:

- a) delimitação da cidade herdada do período anterior à “explosão urbana” dos anos '60;
- b) as transformações e permanências desta Cidade Central;
- c) o acervo construído existente neste setor da cidade;
- d) as características deste acervo do ponto de vista da paisagem urbana;
- e) a compatibilidade do mesmo frente às novas condições de uso.

O movimento de retorno à valorização da Cidade Central de Salvador pode, portanto, realizar-se com as mesmas características predatórias com que foi realizada a periferização urbana, movimento que acarretaria a definitiva destruição de um importante acervo arquitetônico e urbanístico assim como de ótimas condições de qualidade de vida.

Parte deste acervo arquitetônico corresponde, a consolidação tardia do Movimento Moderno em Salvador durante o início da verticalização do centro. Particularmente, os conjuntos e edifícios dos anos 60, a maioria integrantes de propostas de modernização da estrutura urbana existente, além de configurar unidades paisagísticas bem definidas, mostram adaptações e especificidades soteropolitanas dos modelos modernistas.

O processo de modernização e expansão urbana que se inicia nos anos 60 em Salvador, caracteriza-se pela emergência de novos bairros, adaptação de infra-estrutura existente, substituição de volume edilício e implementação de um novo sistema viário.

Pesquisando lançamentos imobiliários publicados no jornal *A Tarde*, matérias sobre projetos, propostas e realizações na infra-estrutura urbana, e o acervo de licenças de construção e alvarás de funcionamento da SUCOM (Superintendência de Uso e Controle da Ocupação do Solo), e complementando informações com análises anteriores, foi possível mapear as grandes transformações urbanas da década de '60. A construção do sistema de avenidas proposto pelo EPUCS (Escritório do Plano Urbano da Cidade do Salvador), implementação tardia do Plano Urbano dos anos '40, determinou alterações no tecido existente, modificações nos padrões de uso do solo, reformulação das linhas de transporte e, a partir destas, a criação de novos valores locacionais. Pela relação dos lançamentos aparecidos na área central graficou-se o volume de novas construções no centro, as alterações e permanências do uso do solo, e os principais pontos de transformação pela construção de novos empreendimentos. Analisando o novo caráter morfológico introduzido, isto é, as alterações de escala, as novas dimensões e texturas das edificações em relação à preexistência característica da área central, sintetizou-se a evolução das tipologias arquitetônicas na área central de Salvador frente às tendências de configuração de áreas novas na cidade, identificando modelos de desenvolvimento e ocupação.

Espacialmente, entende-se aqui por Cidade Central, a partir do contexto histórico e morfológico, a área da cidade situada nas 1ª e 2ª linha de cumeeiras da falha geológica, compreendendo o núcleo fundacional e o primeiro anel de bairros imediatos a éste, isto é, bairros de São Pedro Velho, Lapa, Mouraria/Palma, Santana, Saúde, Santo Antônio além do Carmo/Passo, Pilar, Comércio e Conceição da Praia. Temporalmente, delimitou-se a pesquisa entre 1960, época dos trabalhos finais na construção de Brasília, e 1967, início do governo municipal de Antônio Carlos Magalhães, quando começa a grande transformação de Salvador com a implementação das avenidas de vale e o processo de descentralização em direção ao Centro Administrativo da Bahia, corolário local de Brasília.

Análise a partir do Jornal *A TARDE*

Analisando o levantamento dos reclames imobiliários (como eram chamados os avisos destacados na época), entre os anos 1961 e 1967, identificam-se algumas características sobre tendência de uso, tipologia e até estilo de divulgação das novas construções.

Referente às tipologias, e não necessariamente nesta ordem, observa-se:

a) o *play-ground* era um detalhe raro nos edifícios habitacionais, que logo, na medida que a violência urbana cresce e o tamanho dos apartamentos diminui, torna-se um elemento indispensável de projeto. Os apartamentos de cobertura também eram raros de serem promocionados. A partir da generalização do elevador e quando a maior distância do chão passa a ser um valor em alta, a cobertura ganhará destaque como elemento de status e diferenciador do resto dos apartamentos-tipo.

b) muitas vezes aparecem apartamentos de mais de uma planta-tipo, isto é procurando oferecer variedade de unidades dentro de um mesmo edifício; na medida que cresce a sistematização de oferta de volume de edificações aliado à rapidez de resultados, buscar-se-á um projeto resolvido no menor tempo possível, construção facilitada pela estruturação simples, redução volumétrica a prisma limpo e das plantas a tipos elementares ou repetitivos.

c) os lançamentos empresariais/comerciais tem uma tipologia bastante clara:

- uma parte subterrânea ou semi-enterrada, num nível mais abaixo da rua, que alberga estacionamentos;

- uma base de dois a quatro andares, do tamanho do lote, sobre pilotis e/ou com um recuo frontal generoso, buscando ampliar a área de passeio (especialmente nas principais avenidas comerciais), que conta geralmente na cobertura com uma área aberta disponível para usos como lazer e reunião; em geral, nos edifícios do sistema Avenida Sete de Setembro/Rua Carlos Gomes, o térreo está destinado a galerias de rua de caráter público e comercial;

- uma ou duas torres, desde a base descrita antes, com recuos perimetrais que possibilitam quatro fachadas que podem ser trabalhadas como frente e fundo apenas e duas laterais cegas, ou até as quatro com panos de cheios e vazios. A função pode ser desde comercial (salas de escritório e consultórios), habitacional de diversos tipos (hotel, pequenos apartamentos, e/ou apartamentos grandes de vários cômodos), institucionais, ou até mistos de comércio e habitação.

d) aparecem basicamente quatro tipos de lançamentos:

- imóveis habitacionais e/ou de salas de escritórios e comerciais
- imóveis para outros usos, como sede de instituições, hotelarias, hospitais, clubes etc.
- loteamentos e/ou estâncias de campo, veraneio etc. fora da área metropolitana de Salvador
- imóveis vários de empreendimentos de destaque noutras cidades (F. de Santana, Petrópolis, Rio etc)

Dentre os imóveis habitacionais cabe uma sub-classificação diferenciando os edifícios, conjuntos ou projetos “localizados”, com um endereço preciso, daquelas ofertas de casas pré-fabricadas ou projetos sem local, isto é, oferta de imóveis “sem lugar” passíveis de construção (teoricamente) em qualquer terreno que o comprador possua.

Referente à divulgação dos reclames constatei:

a) a partir do ano 1963 a planta como elemento de promoção do imóvel ofertado torna-se fundamental no anúncio. A imagem do volume externo começa a ser acompanhada da planta de uma unidade padrão ou de um pavimento tipo.

b) as ilustrações do volume externo da edificação geralmente não estão associadas à situação real do imóvel: aparecem fundos de horizontes, vegetações, entorno e vizinhança frequentemente opostas à realidade, assim como elementos que nada tem a ver com a condição climática do lugar (chaminés, telhados de duas águas de grande declividade típicos de climas de neve... na Bahia!). Os desenhos dos edifícios são muito esquemáticos e monocromáticos. Fotomontagens e trabalhos de divulgação mais elaborados só começaram a aparecer em 1968.

c) o nome do arquiteto, engenheiro e/ou responsável pelo projeto aparecem por extenso, exceto em algumas empresas construtoras cujo empreendimento de pequeno porte não seja significativo em termos de “arquitetura de autor”. Parece-me que a medida que o processo de produção edilícia se sistematiza, o autor perde importância frente a outros detalhes de divulgação do empreendimento, como metragem, preço, comodidades de local e vantagens do projeto, exceto nos casos que se configuram como “lançamento de grife”.

d) a planta de situação assim como o endereço são frequentes em muitos anúncios veiculados a partir de 1964. Em alguns bairros este elemento é fundamental, como no Comércio e no Campo Grande, onde a referência locacional é mais importante que a descrição do imóvel.

A partir das observações dos padrões de construção atuais, nos bairros de formação recente em Salvador, e comparando com os lançamentos dos ‘60 até agora estudados, desprendem-se algumas hipóteses sobre a evolução do padrão vertical de ocupação e densificação de áreas urbanas:

1. A leitura da disposição dos edifícios fica literal: o lugar da segurança (acesso restrito: a guarita), o lugar do meio de transporte (a garagem que deixou de ser enterrada), o espaço “público” do edifício (o playground como lazer e recreação), o espaço celebrativo (o salão de festas), o espaço privado (os apartamentos), o espaço privilegiado da vista (a cobertura)

2. As garagens vão ganhando importância na medida que se generaliza o uso do carro, mas não apenas como espaço no edifício senão como recurso de nivelamento da topografia acidentada característica de Salvador: cria-se o plano de apoio pelo nivelamento de encosta satisfazendo uma necessidade. Desta maneira, geralmente o *play-ground* (agora elemento

fundamental de projeto) fica elevado longe do contato com a rua. Assim um espaço que pretende ser o “público” do edifício fica distante do público real. Desta maneira cria-se uma hierarquia espacial com o vale de circulação dos carros (as avenidas de vale), a encosta como estacionamento enquanto “nivela” a base de arranque da torre residencial no alto.

3. Cabe questionar como se dá o processo de substituição de edificações, uma vez que os lotes centrais estreitos e pequenos para desenvolver um edifício em altura, vão se juntando para criar um novo parcelamento. Em um caso bastante significativo, uma lei antecede um grande empreendimento no centro, criando as condições urbanísticas favoráveis de permissividade de uso e ocupação do solo para depois ser divulgado o projeto em questão. É o caso da *torre Martins Catharino* na rua Chile. Em geral este processo de “soma de lotes estreitos” parece muito claro no centro, na Av. Sete, Carlos Gomes, Rua Chile e Baixa dos Sapateiros. Na evolução de Salvador, é fácil cotejar os tipos de ocupação histórica dos diferentes bairros centrais e os tipos de reforma e substituição acontecidos, rastreando os reclames e cotejando com o existente ainda hoje. Neste sentido cabe perguntar se aqueles edifícios propostos nos ‘60 já estão sendo alvo de um novo ciclo de reformas e substituições, como por exemplo na área do *shopping center* Lapa.

4. Em que momento começam a aparecer as grades de delimitação e proteção? É sabido que o modelo modernista de torres habitacionais sobre pilotis não têm grades. Sobretudo na área da Vitória é interessante constatar que embora os casarões de outrora vão sendo substituídos por tipologias habitacionais em altura, muitas das velhas grades dos lotes são mantidas, renovadas ou substituídas por outras. Temos aqui, e especialmente do lado do mar, a conjugação de dois modelos anacrônicos: o cassarão gradeado que não satisfaz os novos padrões de habitação familiar, com o edifício de play-ground projetado de livre acesso, comunitário, como sacada para a Baía de Todos os Santos. Deste híbrido, ajustado aos problemas de violência urbana e padrões de privacidade segregativos, surge o edifício no centro do lote com grades em volta, conformando uma faixa privatizada da encosta entre a cumeira e o mar. Ainda este modelo é anacrônico com um projeto do Arq. Diógenes Rebouças, que previa a conformação de um plano público único (uma sucessão de play-grounds) a modo de mirante para a Bahia de Todos os Santos sob as torres de apartamentos. Esta idéia será explorada e reproposta nos anos 90, com os teleféricos de acesso ao mar, configurando um elemento de status nas ofertas imobiliárias mais recentes nesta área.

5. A mesma questão anterior pode ser planteada com os edifícios em altura construídos desde fim dos anos 50 ao longo do sistema Avenida Sete de Setembro/rua Carlos Gomes, entre a Praça Castro Alves e o Campo Grande. Buscando ampliar o espaço pedestre ao longo de grande eixo comercial e de serviços centrado na Avenida Sete, o modelo desenvolvido nos anos 60 propõe uma grade de grandes recuos térreos, ampliando o passeio existente pela criação de galerias longitudinais sob as torres comerciais e de escritórios, junto a um sistema de ligação pedestre por galerias transversais térreas entre ambas ruas. Este modelo, desde os anos 80 também começa a

ser “gradeado” na linha das galerias térreas, entre pilares e pilotis dos passeios, como medida de proteção e segurança.

Porém, após estas breves reflexões a partir do levantamento dos reclames, passemos agora a uma outra pesquisa complementar, o levantamento dos processos da SUCOM, para finalmente chegar a algumas conclusões com base em ambos resultados.

Análise do Processos na SUCOM

Segundo informações do Chefe do setor de fiscalização da SUCOM em 1998, apenas 40% da cidade é legal, ou seja, solicitou no mínimo a licença de construção, e menos ainda tem o “habite-se” ou alvará de funcionamento. Toda a reforma do Pelourinho, por exemplo, realizada pelo Governo do Estado, foi feita sem alvarás. O IPAC-Ba fez o controle da reforma de fachadas (“maquiagem”), mas nenhuma construção deu entrada ao processo legal na SUCOM. Com esta ressalva considere-se que desde 1960 tal vez tenham-se uma média de 100 alvarás por ano.

No arquivo da SUCOM o material de interesse para a pesquisa é composto de originais de dois tipos: o arquivo de fichas dos processos (fichário) e o arquivo dos próprios processos. Trabalhando com o fichário, é possível mapear alguns dados de construções e reformas, estudando o processo de consolidação, permanência e transformação de algumas áreas. Uma vez processado o material primário, é possível também:

- 1) identificar investidores ou responsáveis pela transformação e/ou substituição de construções;
- 2) cotejar possíveis projetos não construídos, obras paralisadas ou sem concluir, obras que sofreram alterações profundas diversas das propostas, modificações posteriores;
- 3) confrontar com a pesquisa do arquivo de A TARDE, verificando as possíveis realizações ilegais;
- 4) confrontar com a pesquisa de campo, verificando o percentual de transformações legais e ilegais, e a permanência e estado de conservação daqueles projetos construídos.

Porém, foi constatado que pelas informações das fichas estas expectativas não seriam satisfeitas, sem a consulta direta dos processos. Assim, numa outra fase, apurando algumas questões paralelas à pesquisa, é possível conferir alguns processos representativos de informações mapeadas e/ou elucidar dúvidas quanto a disparidade entre projeto original e realização. Neste sentido, segundo as informações dos jornais e outras fontes em pesquisa, vale conferir os verdadeiros alcances de algumas idéias, com por exemplo o projeto de Bina Fonyat para o Ed. Martins Catharino na Rua Chile (1961), verificando se o projeto legal existiu e, na

medida do possível, cotejar as possíveis alterações à legislação vigente, como aconteceu naquele caso.

Do fichário da SUCOM, no período de 1960/1967, constata-se que anualmente apenas 7,5% em média dos processos cadastrados, correspondem à Cidade Central, e dentro deste 26% são requerimentos relativos a novas construções enquanto 29% a reformas. Considerando ainda os pedidos de vistorias e alvarás de funcionamento, temos que 60% do total de processos na Cidade Central correspondem diretamente a construções e reformas.

Considere-se a informação de que apenas 40% do volume construído de Salvador é realizado num esquema legal de requerimento de licenças, fiscalização de construção e posterior vistoria liberando o funcionamento e que a maior parte da Cidade Central (o Centro Histórico), atualmente conta com proteção e legislação específica, sob responsabilidade do IPAC-Ba. Por esta razão, o registro dos anos 60 frente aos índices atuais não seriam passíveis de comparação.

Consideremos agora a hipótese de que o total de processos registrados na SUCOM apresente o mesmo comportamento que a parcela central, isto é, 60% dos processos seriam relativos a construções e reformas. Teremos assim uma projeção do volume total aproximado de construções e reformas na cidade e a seleção exata (pelo próprio levantamento) daquelas localizadas na área central.

ANO	TOTAL de CONST.&REF.	CONST.&REF. no CENTRO
1960	1.414	124
1961	981	128
1962	1.055	92
1963	1.758	103
1964	2.153	117
1965	1.438	77
1966	889	66
1967	910	86
TOTAL PERÍODO	10.598	793

Rebatendo a mesma proporção dos processos sobre construção de prédios no volume aproximado total (calculando por regra de três simples), teremos uma idéia da quantidade de licenças para construção de prédios em toda a cidade frente à quantidade exata central:

ANO	TOTAL de CONST.&REF.	CONST.&REF. no CENTRO	TOTAL de PRÉDIOS	PREDIOS no CENTRO
1960	1.414	124	307	27

1961	981	128	91	12
1962	1.055	92	149	13
1963	1.758	103	324	19
1964	2.153	117	276	15
1965	1.438	77	261	14
1966	889	66	67	05
1967	910	86	116	11
TOTAL PERÍODO	10.598 (100%)	793 (7,5%)	1591 (100%)	116 (7,3%)

Por exemplo: em 1965, de aproximadamente 1438 solicitações de construção/reformas/vistorias, uns 261 processos eram solicitações para construção de novos prédios, dos quais exatamente 14 estavam localizados na área central aqui definida. Esses 14 prédios integravam as 77 solicitações de construção/reformas/vistorias contabilizadas na área central.

Análise Conjunta dos Reclames e dos Processos

Às primeiras análises realizadas sobre ambos levantamentos (*A Tarde* e SUCOM) acrescentemos agora algumas comparações entre os resultados parciais.

Então, voltemos primeiro sobre o volume dos lançamentos aparecidos nos reclames de jornal: de 250 lançamentos registrados entre Jun.61 e Dez.67, 60 estavam localizados no centro, ou seja 24% do total. Este percentual corresponde maioritariamente a edifícios novos de apartamentos e/ou escritórios e, nalguns casos, a edifícios garagens ou institucionais. (Vale ressaltar que não foi conferida a coincidência entre os lançamentos e os processos, isto é, pesquisar se aqueles processos na SUCOM correspondem aos edifícios publicitados no jornal)

ANO	TOTAL	ÁREA CENTRAL	PERCENTUAL
1960			
1961	12	08	67%
1962	22	11	50%
1963	46	15	33%
1964	32	04	12,5%
1965	37	05	13,5%
1966	34	08	23,5%
1967	67	10	15%

TOTAL PERÍODO	250	60	24%
---------------	-----	----	-----

Comparemos agora o levantamento na SUCOM com o levantamento dos reclames de lançamento, colocando entre parêntese o percentual de divulgação frente ao universo de processos:

ANO	TOTAL SUCOM de PRÉDIOS	PRÉDIOS no CENTRO	TOTAL RECLAMES de PRÉDIOS	PRÉDIOS no CENTRO
1960	307	27	s/levantar	s/levantar
1961	91	12	12 (13%)	08 (67%)
1962	149	13	22 (15%)	11 (85%)
1963	324	19	46 (14%)	15 (78%)
1964	276	15	32 (12%)	04 (27%)
1965	261	14	37 (14%)	05 (35%)
1966	67	05	34 (50%)	08 (160%)
1967	116	11	67 (57%)	10 (90%)
TOTAL PERÍODO	1591	116	250 (15%)	60 (52%)
PERCENTUAIS	100 %	7,3 %	100 %	24 %

Desta tabela podemos concluir que, embora trabalhando sobre uma projeção aproximada do total de licenças para a construção de prédios, um 15% desse volume chegava a contar com divulgação na imprensa. Pareceria que a partir de 1966 as divulgações resultam frutíferas em termos de vendas. Neste sentido constatei que justamente nos anos 1966 e 1967 muitos reclames contém mais de um prédio, sendo veiculados geralmente por imobiliárias que apresentam grupos de edifícios sob sua administração. Também constatei que nesse momento começam a ser construídos pequenos conjuntos de edifícios com características similares, especialmente nos novos bairros como a Pituba, ofertados num mesmo reclame. Em geral, o valor destacado na promoção destes conjuntos resgata a idéia de vizinhança possível em edifícios de pequena escala, algo que interpreto como o início do processo de condomínios fechados de acesso restrito.

Em 1968, levantamento ainda em execução que não foi considerado nestes cálculos, constatei que o processo de construção de novos conjuntos definitivamente desencadeia o surgimento de pequenas ilhas ocupadas por conjuntos de edifícios sob um mesmo empreendimento, consolidando assim a tendência de 1966 e 1967.

Este processo coincide com o início da construção das grandes avenidas de vale que redefiniram a cidade, densificando a malha existente e possibilitando novos núcleos residenciais. É interessante analisar esta transição nos modelos de construção de habitação multi-familiar e escritórios, sobretudo à luz das grandes intervenções urbanas e as mudanças na legislação de uso do solo de Salvador que a partir de 1968, começando pela inauguração da Av. Antônio Carlos Magalhães e do trecho da futura Av. Tancredo Neves, serão responsáveis pelo desenvolvimento do Novo Centro do Iguatemi.

A Modo de Conclusão

Ao longo das reflexões parciais sobre os levantamentos tanto de reclames quanto de processos, foram introduzidas algumas questões que merecem análises mais profundas, porém são suficientes para ilustrar os alcances do material pesquisado assim como as múltiplas abordagens possíveis para o estudo dos anos 60 em Salvador.

Por um lado é percebida uma divulgação significativa dos novos padrões de uso e ocupação do solo, assim como uma aceitação geral dos novos modismos de consumo e das transformações em curso. A cidade do Salvador e suas transformações são temas de discussão nos jornais, prática atualmente em desuso e reduzida a informações superficiais na maioria dos casos anunciando realizações, freqüentemente visando marketing político. Embora os debates diminuam com o início da ditadura militar em 1964, ainda são mais significativos que as discussões que lemos hoje no jornal *A Tarde*. Em síntese, uma cidade moderna e veloz é construída ao tempo que os debates populares e eruditos a discutem na imprensa diária.

Por outro lado é notado um processo oficial de construção da cidade ao mesmo tempo que acontecem as ocupações ditas “espontâneas” por invasão e ocupação ilegal de terrenos de periferias e/ou nos interstícios da cidade legal. Isto é, duas cidades começam a perfilar-se: a cidade oficial das licenças e alvarás, e a cidade ilegal e empírica dos “sem opção”.

Os esquemas e tabelas apresentados na parte gráfica da exposição neste Seminário, servem para ilustrar o processo de pesquisa desenvolvido até aqui. Sistematizando as informações pesquisadas e complementando com dados de algumas publicações, é possível sintetizar algumas características das transformações dos anos 60.

Em primeiro lugar pode-se realizar um mapeamento das grandes transformações urbanas da década de ‘60, principalmente a construção do sistema de avenidas retomando as propostas do EPUCS. Estas transformações vem acompanhadas de alterações no tecido existente e de modificações nos padrões de uso do solo na área central. Basicamente a implantação do sistema de avenidas traz uma reformulação das linhas de transporte e a partir destas a criação de novos valores locacionais.

Em segundo lugar foi elaborada uma relação dos lançamentos aparecidos na área central que permite graficar o volume de novas construções no centro, e as alterações e permanências do uso do solo, evidenciando os principais pontos de transformação pela construção de novos empreendimentos. Em certa forma estas informações são um reflexo e complemento do gráfico anterior, porém centramos estas implicações do novo caráter morfológico criado, isto é, as alterações de escala, as novas dimensões e texturas das edificações em relação à preexistência característica da área central.

Num terceiro ponto, pode-se sintetizar uma evolução das tipologias arquitetônicas na área central frente às tendências de configuração de áreas novas na cidade, identificando modelos de desenvolvimento e ocupação. Isto é particularmente claro no exemplo da torre Martins Catharino e o edifício da Politécnica, assim como na configuração de ocupações por conjuntos de edifícios residenciais.

Pode-se dizer que estes resumos de dados estão longe de um quadro conclusivo, porém desenharam o início de uma pesquisa de múltiplos desdobramentos. O cruzamento de informações com outras fontes de pesquisa e ainda dentro de conceituações aqui não consideradas, podem subsidiar novas interpretações do modelo de desenvolvimento urbano da cidade do Salvador neste fim de século. Entenda-se este trabalho, pois, não como um panorama conclusivo, senão como aporte à discussão necessária sobre a reavaliação de unidades paisagísticas do MOMO na Cidade Central de Salvador, sua conservação e potencial valorização.

Bibliografia

- AZEVEDO, Paulo; BERENSTEIN, Esterzilda; CORDIVIOLA, Alberto Rafael; OLMOS, Susana. "La ciudad de Salvador de Bahia". in: *La Ciudad Iberoamericana*. Valencia: Generalitat Valenciana. Comissio per al V Centenari del descobriment d'America, 1992; p. 97-118.
- CORDIVIOLA, Alberto Rafael. *Mídia, Arquitetura, Cidade: Salvador "Fin de Siècle"*. Salvador: 3º Seminário de Historia de Cidade e do Urbanismo, 1994.
- _____. "Salvador e a Cidade Central". in: Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, v.8, nº 1, 1998; p.70-74.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal de / Orgão Central de Planejamento. *EPUCS - Uma experiência de Planejamento Urbano*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1976.
- SAMPAIO, Heliódório. "Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole". in: *Seminário de História Urbana da ANPUR*. (mimeo). Salvador, 1990.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudo de geografia urbana*. Salvador: Publicações da Universidade Federal da Bahia, 1959.
- SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. *Salvador: Cara & Coroa*. Salvador: Publicações da Universidade Federal da Bahia, 1993.

Currículo

Alejandra Hernández Muñoz, 33 anos, uruguaia, é arquiteta graduada pela *Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FA-UFBA)*, mestranda no *Mestrado de*

Arquitetura e Urbanismo da UFBA e professora de História da Arquitetura na FA-UFBA. Desde 1997 é membro do DOCOMOMO Brasil.

Endereço

R. Martagão Gesteira, 196 / apto. 1201 - Salvador, Ba - CEP 40150-390

tel: (071) 332.1771 ou 9131.6501

fax: (071) 247.3803

e-mail: alehmunoz@uol.com.br